

SUMÁRIO

Obras do autor	5
Abreviaturas e siglas	11
Novidades da 6ª edição	49
Como estudar Direito Constitucional	51
Capítulo 1 — DIREITO CONSTITUCIONAL	
1. A terminologia <i>Direito Constitucional</i>	55
2. Noção de Direito Constitucional	56
3. Objeto do Direito Constitucional	57
4. Conteúdo do Direito Constitucional	58
4.1. Direito Constitucional Positivo	59
4.2. Direito Constitucional Comparado	59
4.3. Direito Constitucional geral	60
4.4. Direito Constitucional material e formal	60
4.5. Direito Constitucional Internacional	62
4.6. Direito Constitucional Comunitário	62
Capítulo 2 — CONSTITUCIONALISMO	
1. Constitucionalismo: palavra recente numa ideia remota	64
2. Sentidos do constitucionalismo	64
2.1. Constitucionalismo em sentido amplo	64
2.2. Constitucionalismo em sentido estrito	65
3. Constitucionalismo e estabelecimento de regimes constitucionais	66
4. Evolução do constitucionalismo	66
4.1. Constitucionalismo primitivo	66
4.2. Constitucionalismo antigo	68
4.3. Constitucionalismo medieval	69
4.4. Constitucionalismo moderno	71
4.5. Constitucionalismo contemporâneo	76
4.5.1. Neoconstitucionalismo	79
a) O que é neoconstitucionalismo	80
b) Origem do neoconstitucionalismo	80
c) Características do neoconstitucionalismo	80
d) Acepções do termo <i>neoconstitucionalismo</i>	81
d.1) Neoconstitucionalismo como modelo axiológico de constituição normativa ..	81
d.2) Neoconstitucionalismo como modelo de Estado de Direito, implantado como	
base em determinada forma de organização política	81
d.3) Neoconstitucionalismo como conjunto de ideias hauridas de uma “nova”	
Teoria do Direito	82
d.3.1) Neoconstitucionalismo em face das teses pós-positivistas	82
d.3.2) Neoconstitucionalismo em face da tese do <i>soft positivism</i>	83
d.3.3) Neoconstitucionalismo em face da tese do positivismo inclusivo e suas	
variantes	83
d.3.4) Neoconstitucionalismo como ponto de confluência entre o positivis-	
mo, o jusnaturalismo e o realismo jurídico	84
d.3.5) Neoconstitucionalismo em face da tese do moralismo jurídico	85
d.4) Neoconstitucionalismo como marco histórico, filosófico e teórico	86

e) Crítica ao neoconstitucionalismo.....	86
f) Neoconstitucionalismo em seu devido lugar	89
4.5.2. Transconstitucionalismo	90
a) O que é transconstitucionalismo.....	90
b) Cronologia do transconstitucionalismo.....	91
c) Transconstitucionalismo <i>stricto sensu</i>	92
c.1) Características do transconstitucionalismo <i>stricto sensu</i>	93
d) Transconstitucionalismo <i>lato sensu</i>	93
d.1) Características do transconstitucionalismo <i>lato sensu</i>	94
e) Como o transconstitucionalismo pode se apresentar	94
f) Transconstitucionalismo na jurisprudência do STF.....	95
f.1) Diálogo transconstitucional do STF com outras Cortes de Justiça.....	96
4.6. Constitucionalismo do porvir	97
Capítulo 3 — CONSTITUIÇÃO	
1. Teoria da constituição.....	99
2. Noção de constituição	100
3. Constituição e carta constitucional	101
4. Grafia da palavra <i>constituição</i>	102
5. Sentidos tradicionais de constituição	102
5.1. Constituição sociológica	103
5.2. Constituição jurídica	103
5.3. Constituição política	104
6. Outros sentidos de constituição	104
6.1. Constituição jusnaturalista.....	104
6.2. Constituição positivista.....	104
6.3. Constituição marxista.....	105
6.4. Constituição institucionalista.....	105
6.5. Constituição culturalista	105
6.6. Constituição estruturalista	105
6.7. Constituição biomédica	105
6.8. Constituição compromissória	106
6.9. Constituição suave.....	106
6.10. Constituição em branco.....	107
6.11. Constituição plástica.....	107
6.12. Constituição empresarial	108
6.13. Constituição oral.....	108
6.14. Constituição instrumental	108
6.15. Constituição como estatuto do poder	109
7. Sentidos contemporâneos de constituição.....	109
7.1. Constituição como ordem material e aberta da comunidade.....	109
7.2. Constituição dirigente.....	109
7.3. Constituição como instrumento de realização da atividade estatal.....	110
7.4. Constituições subconstitucionais ou subconstituições.....	110
7.5. Constituição como documento regulador do sistema político.....	111
7.6. Constituição como processo público.....	111
7.7. Constituição como meio de resolução de conflitos.....	112
7.8. Constituição como garantia do <i>status</i> econômico e social.....	112
8. Classificação das constituições	112
8.1. Quanto à origem: históricas, democráticas, outorgadas, pactuadas, cesaristas.....	113
8.2. Quanto à essência: normativas, semânticas e nominais.....	114
8.3. Quanto à sistematização: unitárias e variadas	114
8.4. Quanto à ideologia: ortodoxas e ecléticas.....	115
8.5. Quanto à extensão: sintéticas e analíticas	115

601	8.6. Quanto ao conteúdo: materiais e formais.....	115
071	8.7. Quanto à forma: escritas e não escritas.....	116
671	8.8. Quanto ao processo de mudança: rígidas, flexíveis, transitoriamente flexíveis, semirrígidas, fixas e imutáveis.....	117
	9. Classificação da Constituição brasileira.....	119
181	9.1. Quanto à origem: democrática.....	119
181	9.2. Quanto à essência: nominal.....	119
581	9.3. Quanto à sistematização; unitária.....	119
481	9.4. Quanto à ideologia: eclética.....	119
481	9.5. Quanto à extensão: analítica.....	119
	9.6. Quanto ao conteúdo: formal.....	120
	9.7. Quanto à forma: escrita.....	120
	9.8. Quanto ao processo de mudança: rígida.....	120
	10. Elementos mínimo-irreduzíveis das constituições.....	121
	11. Heteroconstituições.....	123

Capítulo 4 — RIGIDEZ E SUPREMACIA DAS CONSTITUIÇÕES

	1. Princípio da rigidez constitucional.....	125
	1.1. Grau da rigidez constitucional.....	125
	a) Grau máximo: constituições super-rígidas.....	125
	b) Grau médio: constituições rígidas.....	125
	c) Grau mínimo: constituições pouco rígidas.....	126
	2. Princípio da supremacia constitucional.....	127
	2.1. Princípio da supremacia na jurisprudência do STF.....	128
	2.2. Reflexos da supremacia constitucional na ordem jurídica.....	129
	2.3. Supremacia formal da constituição.....	130
	2.4. Supremacia material da constituição.....	130
	3. Supremacia constitucional e força normativa da constituição.....	131

Capítulo 5 — INCONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS

	1. Noção de constitucionalidade e inconstitucionalidade.....	133
	2. Inconstitucionalidade e ilegalidade.....	135
	3. Inconstitucionalidade das leis e atos normativos.....	135
	3.1. Requisitos formais (procedimentais ou instrumentais).....	136
	a) Requisitos formais subjetivos.....	136
	b) Requisitos formais objetivos.....	136
	3.2. Requisitos materiais (substanciais ou de conteúdo).....	137
	4. Diferentes tipos de inconstitucionalidade.....	138
	4.1. Inconstitucionalidade formal (instrumental ou extrínseca).....	138
	4.2. Inconstitucionalidade material (substancial ou intrínseca).....	140
	4.3. Inconstitucionalidade por ação e por omissão.....	145
	4.4. Inconstitucionalidade total e parcial.....	148
	4.5. Inconstitucionalidade direta e indireta.....	151
	4.6. Inconstitucionalidade antecedente e consequente.....	153
	4.7. Inconstitucionalidade causal.....	154
	4.8. Inconstitucionalidade presente e pretérita.....	154
	4.9. Inconstitucionalidade originária e superveniente.....	155
	4.10. Inconstitucionalidade progressiva: a lei ainda constitucional e as situações constitucionais imperfeitas.....	158
	5. Lei anterior incompatível com a Carta Magna: revogação.....	160
	6. Inconstitucionalidade dos atos públicos e privados.....	161
	7. Sanção de inconstitucionalidade.....	162
	7.1. Regime da sanção de nulidade.....	163
	7.2. Regime da sanção de anulabilidade.....	164
	8. Recusa dos particulares a cumprir leis inconstitucionais.....	165

8.1. Direito de resistência e desobediência civil dos particulares	166
9. Recusa dos Poderes Públicos a cumprir leis inconstitucionais	170
10. Bloco de constitucionalidade (ou parâmetro constitucional)	174

Capítulo 6 — CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

1. Noção de controle de constitucionalidade.....	181
1.1. A <i>graphê paranomôn</i>	181
2. Fundamentos do controle de constitucionalidade	182
3. Todo ato inconstitucional é suscetível de controle?	183
4. Espécies do controle de constitucionalidade.....	185
4.1. Controles quanto ao órgão fiscalizador	185
a) Controle político	186
b) Controle jurisdicional (judiciário ou jurídico).....	186
c) Controle misto (eclético ou híbrido).....	187
4.2. Controles quanto ao momento da fiscalização	187
a) Controle preventivo.....	187
b) Controle repressivo	187
5. Sistemas de controle da constitucionalidade.....	187
a) Sistema americano de controle da constitucionalidade	188
b) Sistema austríaco de controle da constitucionalidade	190
6. Modelos de controle da constitucionalidade no Direito Comparado.....	192
6.1. Portugal.....	192
6.2. França.....	192
6.3. Alemanha	193
6.4. Espanha.....	194
6.5. Itália	194
7. Modelo brasileiro de controle da constitucionalidade.....	195
7.1. Evolução do modelo brasileiro do controle de constitucionalidade.....	196
a) Constituição de 1824	196
b) Constituição de 1891	196
c) Constituição de 1934	197
d) Constituição de 1937	197
e) Constituição de 1946	198
f) Constituição de 1967 (EC n. 1/69)	198
g) Constituição de 1988	199
8. Controle jurisdicional de constitucionalidade	199
8.1. Vias jurisdicionais de declaração da inconstitucionalidade	199
8.1.1. Controle difuso da constitucionalidade.....	200
8.1.2. Controle difuso em sede de ação civil pública: possibilidade	202
8.1.3. Matérias afetas ao controle difuso	203
a) Lei ou ato normativo municipal em face das cartas estaduais	203
b) Lei ou ato normativo municipal em face da Carta Federal	205
c) Leis ou atos normativos distritais	205
d) Espécies normativas (CF, art. 59).....	206
d.1) Emendas constitucionais.....	206
d.2) Medidas provisórias	207
e) Tratados internacionais	208
f) Leis estrangeiras inconstitucionais.....	208
g) Atos normativos privados.....	210
8.1.4. Matérias alheias ao controle difuso	210
a) Leis ou atos normativos revogados (anteriores à CF)	210
b) Normas constitucionais originárias	210
c) Ato inconstitucional com efeitos <i>erga omnes</i>	210

602	d) Crises de legalidade.....	211
602	e) Leis e atos de efeitos concretos.....	211
602	f) Súmulas (inclusive as súmulas vinculantes).....	211
602	g) Ementas de leis diversas de seu conteúdo.....	211
702	h) Respostas do Tribunal Superior Eleitoral.....	211
702	i) Convenções coletivas de trabalho.....	211
802	j) Normas regimentais do processo legislativo.....	211
802	k) Resoluções do CNJ e do CNMP.....	211
902	8.1.5. Controle difuso do processo legislativo.....	212
902	a) Controle difuso durante o trâmite do processo legislativo.....	213
902	b) Controle difuso de normas regimentais: impossibilidade.....	214
902	c) Controle difuso das propostas de emendas à constituição (PECs).....	218
902	8.1.6. Senado Federal no controle difuso (CF, art. 52, X).....	220
902	a) Campo de aplicação do art. 52, X, da Constituição brasileira.....	220
902	b) Suspensão da excoercedade do ato inconstitucional.....	221
902	c) Abrangência da resolução senatorial: a terminologia “no todo ou em parte”.....	222
902	d) Impossibilidade de o Senado alterar a resolução por ele editada.....	223
902	e) Efeitos da resolução senatorial.....	223
902	f) O Senado não está obrigado a suspender o ato inconstitucional.....	223
902	g) O art. 52, X, da Carta Magna sofreu mutação constitucional?.....	224
902	8.2. Controle concentrado da constitucionalidade.....	229
902	8.2.1. Controle concentrado em sede de ação civil pública: impossibilidade.....	231
902	8.2.2. Controle concentrado do processo legislativo: impossibilidade.....	231
902	8.2.3. Supremo Tribunal Federal no controle concentrado.....	231
902	8.2.4. Mecanismos do controle concentrado da constitucionalidade.....	233
902	8.2.5. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva.....	234
902	a) Noção.....	235
902	b) Natureza jurídica.....	236
902	c) Particularidades do instituto.....	237
902	d) Finalidade.....	238
902	e) Objeto.....	238
902	f) Competência.....	240
902	g) Ação interventiva no plano estadual.....	240
902	h) Legitimidade.....	241
902	i) Partes.....	241
902	j) Procedimento (Leis n. 4.337/64, 5.778/72 e RISTF).....	242
902	k) Medida cautelar.....	244
902	l) Embargos infringentes.....	245
902	m) Efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal.....	246
902	8.2.6. Ação direta de inconstitucionalidade genérica.....	246
902	a) Noção.....	247
902	b) Natureza jurídica.....	247
902	c) Finalidade.....	249
902	d) Competência.....	250
902	e) Leis e atos normativos.....	251
902	f) Matérias que constituem objeto da ação direta genérica.....	251
902	f.1) Leis ou atos normativos estaduais.....	252
902	f.2) Leis ou atos normativos distritais.....	252
902	f.3) Decretos autônomos e atos regulamentares.....	254
902	f.4) Princípio da razoabilidade.....	256
902	f.5) Decisões normativas dos tribunais.....	256
902	f.6) Espécies normativas.....	256
902	f.7) Emendas constitucionais.....	257
902	f.8) Medidas provisórias.....	261

111	f.9) Tratados internacionais.....	264
111	f.10) Resoluções do CNJ e do CNMP.....	265
112	g) Matérias que não constituem objeto da ação direta genérica.....	266
112	g.1) Lei ou ato normativo municipal em face da Carta Federal.....	266
115	g.2) Leis ou atos normativos revogados (anteriores à CF).....	267
115	g.3) Atos normativos privados.....	267
115	g.4) Crises de legalidade.....	268
117	g.5) Leis e atos de efeitos concretos.....	268
117	g.6) Súmulas.....	269
117	g.7) Ementas de leis diversas de seu conteúdo.....	269
117	g.8) Respostas do Tribunal Superior Eleitoral.....	269
117	g.9) Normas constitucionais originárias.....	270
117	g.10) Convenções coletivas de trabalho.....	271
117	g.11) Inconstitucionalidade reflexa.....	271
117	g.12) Leis estrangeiras inconstitucionais.....	271
117	g.13) Propostas legislativas ou projetos de leis.....	272
117	h) Legitimidade.....	272
117	h.1) Legitimidade ativa.....	272
117	h.2) Legitimidade passiva.....	281
117	i) Advogado-Geral da União: o curador da constitucionalidade.....	282
117	j) Procurador-Geral da República: o fiscal da lei.....	284
117	k) Procedimento.....	285
117	l) Petição inicial.....	285
117	m) Procuração.....	286
117	n) Prazo para pedido de informações.....	286
117	o) Requisição de informações adicionais.....	287
117	p) Litisconsórcio.....	287
117	q) <i>Amicus curiae</i> (Lei n. 9.869/99, art. 7º, § 2º).....	288
117	r) Impossibilidade de intervenção de terceiros.....	292
117	s) Impossibilidade de oposição.....	292
117	t) Impossibilidade de desistência.....	293
117	u) Arguição de suspeição e impedimento.....	293
117	v) Prescrição e decadência.....	294
117	w) Tramitação paralela de ações diretas no Tribunal local e no STF.....	294
117	x) Medida cautelar.....	294
117	y) Decisão final.....	299
117	y.1) Coisa julgada na ação direta de inconstitucionalidade genérica.....	299
117	y.2) Ação rescisória nas ações diretas e coisa julgada inconstitucional.....	301
117	z) Reclamação.....	305
117	8.2.7. Ação declaratória de constitucionalidade.....	307
117	a) Noção.....	308
117	b) Natureza jurídica.....	308
117	c) Finalidade.....	309
117	d) Competência.....	309
117	e) Características.....	309
117	f) Objeto.....	310
117	g) Legitimidade.....	311
117	h) Manifestação do Procurador-Geral da República.....	312
117	i) Processo e julgamento.....	312
117	j) Medida cautelar.....	313
117	k) Decisão final.....	315
117	k.1) Efeitos da decisão final.....	315
117	k.2) Coisa julgada na ação declaratória de constitucionalidade.....	317
117	l) Reclamação.....	318

002	8.2.8. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	319
002	a) Noção.....	320
002	b) Finalidade.....	320
002	c) Natureza jurídica.....	321
002	d) Cabimento.....	322
002	d.1) Atos que comportam ADPF.....	322
002	d.2) Atos que não comportam ADPF.....	323
002	e) Subsidiariedade: inexistência de outro meio idôneo.....	324
002	f) Que é preceito fundamental?.....	326
002	g) Advento da Lei n. 9.882/99.....	326
002	h) Competência.....	327
002	i) Espécies de arguição: preventiva, repressiva, autônoma e incidental.....	328
002	j) É inconstitucional o parágrafo único, I, do art. 1º da Lei n. 9.882/99?.....	328
002	k) ADPF nas Constituições estaduais: possibilidade.....	329
002	l) Legitimidade ativa.....	330
002	m) Legitimidade passiva.....	330
002	n) Pertinência temática.....	330
002	o) Procedimento.....	330
002	p) Medida cautelar.....	331
002	q) Participação do Ministério Público.....	332
002	r) Decisão.....	332
002	8.2.9. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	332
002	a) Noção.....	333
002	b) Previsão constitucional.....	334
002	c) Previsão infraconstitucional.....	334
002	d) Finalidade.....	334
002	e) Cabimento.....	334
002	f) Competência.....	335
002	g) Ação por omissão nas Cartas estaduais.....	335
002	h) Legitimidade ativa e pertinência temática.....	336
002	i) Legitimidade passiva.....	336
002	j) Procedimento.....	336
002	k) Prazo.....	337
002	l) Medida cautelar.....	337
002	m) Decisão do STF que declara a omissão inconstitucional.....	338
002	8.3. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade.....	339
002	8.3.1. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso.....	340
002	a) Teoria da transcendência dos motivos determinantes no controle difuso.....	341
002	8.3.2. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle concentrado.....	343
002	9. Fórmulas de preclusão e efeitos da decisão nos planos normativo e dos atos singulares.....	357
002	10. Princípios jurisprudenciais regentes do controle concentrado.....	357
002	a) Princípio da não incidência do efeito vinculante aos atos do Poder Legislativo.....	358
002	b) Princípio da modulação temporal dos efeitos do controle concentrado de normas.....	359
002	c) Princípio da transcendência dos motivos determinantes.....	361
002	d) Princípio da expansão da sentença declaratória de inconstitucionalidade.....	361
002	e) Princípio da proibição ao atalhamento constitucional.....	362
002	f) Princípio da parcelaridade.....	363
002	g) Princípio da interpretação conforme à constituição como técnica de controle concentrado de normas.....	363
002	h) Princípio da declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução do texto.....	363
002	i) Princípio da declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia da nulidade.....	365
002	j) Princípio da declaração de inconstitucionalidade da norma ainda constitucional, mas em trânsito para a inconstitucionalidade.....	366

113	k) Princípio do apelo ao legislador	366
109	l) Princípio da reserva do impossível.....	367
109	m) Princípio da reserva do possível.....	369
111	11. Controle de constitucionalidade por elevação da causa	372
112	12. Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	374
113	13. Cláusula de reserva de plenário (CF, art. 97; CPC, arts. 480 a 482).....	376
114	14. Controle preventivo de constitucionalidade.....	380
114	14.1. Colocação da matéria.....	380
117	14.2. Controle preventivo realizado pelas Comissões de Constituição e Justiça	380
117	14.3. Controle preventivo realizado pelo Chefe do Poder Executivo (veto jurídico)	381
118	15. Controle repressivo de constitucionalidade.....	381
118	15.1. Colocação da matéria.....	381
119	15.2. A regra é o Judiciário realizar o controle repressivo de constitucionalidade.....	382
119	15.3. Casos excepcionais em que o controle repressivo é realizado pelo Legislativo.....	382
119	15.3.1. Poder congressional de sustar atos normativos do Executivo (CF, art. 49, V)	382
119	15.3.2. Apreciação congressional de medidas provisórias (CF, art. 62, §§ 3º, 5º e 10)	383

Capítulo 7 — PODER CONSTITUINTE

119	1. Significado.....	384
119	2. Concepção clássica: a teoria de Emmanuel Joseph Sieyès	385
119	3. Formas de manifestação.....	388
119	4. Existe um poder constituinte “municipal”?	389
119	5. Etapa de criação constitucional: o poder constituinte originário	390
119	5.1. Natureza.....	390
119	5.2. Características.....	391
119	5.3. Espécies.....	392
119	a) Poder constituinte formal	392
119	b) Poder constituinte material.....	392
119	c) Poder constituinte revolucionário	392
119	5.4. Titularidade.....	393
119	5.5. Exercício.....	394
119	5.6. Limites extrajurídicos	395
119	5.6.1. Limites ideológicos.....	396
119	5.6.2. Limites institucionais.....	397
119	5.6.3. Limites substanciais (transcendentes, imanentes e heterônomos)	397
119	6. Etapa de reforma constitucional: o poder constituinte derivado	398
119	6.1. Natureza.....	398
119	6.2. Características.....	399
119	6.3. Espécies.....	399
119	6.4. Titularidade e exercício.....	400
119	6.5. Emenda e revisão: espécies do gênero “reforma constitucional”	400
119	6.6. Regime jurídico do poder constituinte derivado.....	401
119	6.7. Limites do poder reformador.....	401
119	6.8. Limites expressos	402
119	6.8.1. Limites formais.....	402
119	6.8.2. Limites circunstanciais.....	403
119	6.8.3. Limites materiais	404
119	a) Cláusulas pétreas	407
119	b) Extensão das cláusulas pétreas.....	407
119	c) As cláusulas pétreas podem ser reformuladas?.....	409
119	d) Eficácia das cláusulas pétreas.....	411
119	6.9. Limites implícitos.....	411
119	6.9.1. Limites implícitos aos direitos e garantias fundamentais	412



6.9.2.	Limites implícitos à titularidade do poder constituinte originário.....	412
6.9.3.	Limites implícitos à titularidade do poder reformador.....	412
6.9.4.	Limites implícitos ao processo legislativo especial de reforma.....	412
7.	Etapa de criação e reforma das cartas estaduais: o poder constituinte decorrente.....	413
7.1.	Natureza.....	413
7.2.	Características.....	414
7.3.	Espécies.....	414
a)	Poder constituinte decorrente institucionalizador.....	414
b)	Poder constituinte decorrente reformador.....	416
7.4.	Titularidade e exercício.....	416
7.5.	Regime jurídico do poder constituinte decorrente.....	418
7.6.	Limites.....	418
7.6.1.	Limites autônomos.....	419
a)	Princípios constitucionais sensíveis (ou enumerados).....	420
b)	Princípios constitucionais organizatórios (ou estabelecidos).....	420
c)	Princípios constitucionais extensíveis.....	422
7.6.2.	Limites heterônomos.....	423
8.	Etapa da mutação constitucional: o poder constituinte difuso.....	424
8.1.	Natureza.....	424
8.2.	Características.....	424
8.3.	Manifestação.....	425
8.4.	Mutações constitucionais.....	425
8.4.1.	Terminologia.....	426
8.4.2.	Como se apresentam.....	426
8.4.3.	Categorias.....	427
8.4.4.	Rigidez e mutabilidade.....	428
8.4.5.	Limites das mutações constitucionais.....	429
8.5.	Mutações inconstitucionais.....	429
8.6.	Manipulações constitucionais.....	430
8.7.	Manipulações inconstitucionais.....	431
8.8.	Ativismo judicial: perigoso veículo de fraude à Constituição.....	432
9.	Etapa da criação e reforma das constituições supranacionais: o poder constituinte transnacional.....	434

Capítulo 8 — INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

1.	O que é interpretar a constituição.....	436
2.	A interpretação constitucional é indispensável.....	437
3.	A quem compete interpretar a constituição?.....	437
4.	Inexiste interpretação “especificamente” constitucional.....	439
5.	Teoria da argumentação na exegese constitucional.....	441
6.	Não há receita pronta e acabada para interpretar a constituição.....	443
7.	Métodos de interpretação constitucional.....	445
7.1.	Métodos clássicos de interpretação constitucional.....	445
7.1.1.	Os problemas jurídicos sob a lente da constituição.....	447
7.2.	Métodos modernos de interpretação constitucional.....	448
8.	Princípios de interpretação constitucional.....	449
a)	Princípio da unidade da constituição.....	449
b)	Princípio da correção funcional.....	449
c)	Princípio da concordância prática (ou da harmonização).....	450
d)	Princípio da eficácia integradora (ou do efeito integrador).....	450
e)	Princípio da força normativa da constituição.....	451
f)	Princípio da máxima efetividade.....	451
g)	Princípio da razoabilidade (ou da proporcionalidade).....	451
h)	Princípio da conformidade (ou da justiça constitucional).....	451



9. Técnicas de interpretação constitucional.....	453
a) Técnica da ponderação de valores (ou interesses).....	453
b) Técnica da otimização de princípios.....	457
c) Técnica da filtragem constitucional.....	457
10. Postulado do legislador racional.....	458
11. Síndrome da interpretação retrospectiva das constituições.....	459
12. Interpretação inconstitucional de leis “constitucionais”.....	459
13. Interpretação constitucional de leis “inconstitucionais”.....	460
14. Interpretação conforme à constituição.....	460
a) Interpretação conforme com redução do texto.....	464
b) Interpretação conforme sem redução do texto.....	464

Capítulo 9 — APLICABILIDADE E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

1. Aplicabilidade constitucional.....	466
2. Eficácia constitucional.....	467
3. Eficácia normativa das constituições.....	467
4. Eficácia social das constituições.....	468
5. Classificação da aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais.....	468
a) Normas constitucionais de eficácia absoluta e aplicabilidade imediata.....	469
b) Normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade imediata.....	470
c) Normas constitucionais de eficácia contida e aplicabilidade imediata.....	471
c.1) Enquadramento eficaz do art. 5º, § 1º, da Carta de 1988.....	472
d) Normas constitucionais de eficácia limitada e aplicabilidade diferida.....	472
d.1) Normas limitadas por princípio institutivo.....	473
d.2) Normas limitadas por princípio programático.....	474
e) Normas constitucionais de eficácia exaurida e aplicabilidade esgotada.....	475
6. Imperatividade eficaz das normas constitucionais.....	476
7. Efeitos temporais da norma constitucional.....	477
a) Princípio da recepção.....	477
b) Princípio da recepção material.....	478
c) Princípio da revogação.....	478
d) Princípio da repristinação.....	478
e) Princípio da desconstitucionalização.....	479

Capítulo 10 — CARACTERÍSTICAS DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

1. Panorama das nossas constituições.....	481
2. Constituição de 1824.....	481
3. Constituição de 1891.....	483
4. Constituição de 1934.....	484
5. Constituição de 1937.....	484
6. Constituição de 1946.....	485
7. Constituição de 1967.....	486
7.1. Emenda Constitucional n. 1/69 à Constituição de 1967.....	487
8. Constituição de 1988.....	488

Capítulo 11 — PREÂMBULO CONSTITUCIONAL

1. Significado.....	491
2. Natureza jurídica.....	492
3. Não há inconstitucionalidade por violação do preâmbulo.....	493
4. Mensagem preambular da Constituição de 1988.....	493
5. Evocação à divindade.....	494

Capítulo 12 — PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

1. Que são princípios fundamentais.....	496
---	-----

2. Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil	497
3. Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil	509
4. Princípios regentes das relações internacionais da República brasileira.....	510
5. Idioma oficial e símbolos da República Federativa do Brasil.....	513
Capítulo 13 — DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	
1. Teoria geral dos direitos e garantias fundamentais.....	515
2. Que são direitos fundamentais.....	515
3. Natureza jurídica dos direitos e garantias fundamentais	516
4. Finalidades dos direitos fundamentais: defesa e instrumentalização.....	516
5. Declarações de direitos fundamentais	516
6. Gerações dos direitos fundamentais.....	517
6.1. Gerações, famílias e dimensões dos direitos fundamentais.....	517
a) Direitos fundamentais de primeira geração: direitos individuais.....	518
b) Direitos fundamentais de segunda geração: direitos sociais, econômicos e culturais.....	518
c) Direitos fundamentais de terceira geração: direitos de fraternidade ou solidariedade	518
d) Direitos fundamentais de quarta geração: direito dos povos.....	519
e) Direitos fundamentais de quinta geração: direito à paz	519
f) Direitos fundamentais de sexta geração: direito à democracia, à informação e ao pluralismo político.....	520
7. Direitos não se confundem com garantias fundamentais.....	521
8. Classificação das garantias fundamentais na Constituição de 1988	522
9. Abrangência dos direitos e garantias fundamentais.....	522
10. Características dos direitos e garantias fundamentais.....	523
11. Os direitos e garantias fundamentais, em regra, são relativos.....	523
12. Destinatários dos direitos e garantias fundamentais.....	525
12.1. O estrangeiro e as liberdades públicas	525
12.2. Pessoa jurídica e liberdades públicas.....	526
12.3. Empresas estrangeiras e liberdades públicas.....	527
12.4. Quase pessoas jurídicas e liberdades públicas	527
13. Caráter vinculante dos direitos e garantias fundamentais	528
a) Vinculação legislativa.....	528
b) Vinculação executiva.....	528
c) Vinculação jurisdicional.....	529
14. Eficácia de aplicabilidade dos direitos e garantias fundamentais	529
14.1. Eficácia horizontal dos direitos e garantias fundamentais	530
14.2. Eficácia horizontal e harmonização de interesses em disputa	531
15. Direitos e deveres individuais e coletivos.....	532
16. Direito à vida (art. 5º, <i>caput</i>)	532
16.1. Aborto.....	534
16.2. Anencefalia.....	534
16.3. Eutanásia.....	535
16.4. Suicídio	536
16.5. Pena de morte.....	536
16.6. Clonagem.....	538
17. Princípio da igualdade (art. 5º, <i>caput</i>).....	539
17.1. Objetivos do princípio da igualdade: posição do STF	541
17.2. Igualdade formal e igualdade material.....	542
17.3. Igualdade perante a lei e igualdade na lei	542
17.4. Limite de idade em concurso público e princípio da igualdade	543
17.5. Igualdade entre homens e mulheres	543
17.6. Igualdade entre sexos e admissão em emprego: a Lei n. 9.029/95.....	544
17.7. Prerrogativa de fóro em ações de separação judicial e divórcio direto.....	544

18. Princípio constitucional da legalidade (arts. 5º, II, 37, <i>caput</i> , e 84, IV).....	545
18.1. Legalidade e reserva legal	546
18.2. Princípio da legalidade e outorga do poder regulamentar	547
19. Proibição à tortura (art. 5º, III)	547
20. Liberdade de manifestação do pensamento (art. 5º, IV).....	548
20.1. Vedação constitucional ao anonimato: posição do STF	550
21. Direito de resposta (art. 5º, V).....	551
22. Inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem (art. 5º, X).....	552
22.1. Vida privada e intimidade.....	553
22.2. Honra.....	554
22.3. Imagem	554
23. Indenização por dano material, moral, estético e à imagem (art. 5º, V e X).....	555
23.1. Dano material	555
23.2. Dano moral	556
23.3. Dano estético.....	557
23.4. Dano à imagem	558
24. Liberdade de consciência, de religião e de convicção (art. 5º, VI e VIII)	558
24.1. Escusa de consciência	559
25. Assistência religiosa (art. 5º, VII).....	561
26. Liberdade de expressão (art. 5º, IX)	561
26.1. Limites à liberdade de expressão.....	562
27. Inviolabilidade de domicílio (art. 5º, XI).....	563
27.1. Dia e noite para fins de inviolabilidade domiciliar	565
27.2. Inviolabilidade domiciliar e Fisco.....	566
27.3. Inviolabilidade domiciliar e princípio da reserva de jurisdição.....	566
28. Direito ao sigilo (art. 5º, XII)	567
28.1. Sigilo de correspondência	569
28.2. Sigilo das comunicações telegráficas.....	570
28.3. Sigilo das comunicações de dados	570
a) Sigilo bancário.....	571
b) Sigilo fiscal	574
c) Quebra dos sigilos bancário e fiscal pelas CPIs.....	575
d) Quebra dos sigilos bancário e fiscal pela Receita Federal	576
e) Quebra dos sigilos bancário e fiscal pelo Ministério Público.....	579
28.4. Sigilo das comunicações telefônicas.....	581
a) Interceptação telefônica	581
a.1) Considerações sobre a Lei n. 9.296/96 (interceptações telefônicas).....	582
b) Interceptação telefônica em face do sigilo profissional.....	585
c) Gravação clandestina	586
c.1) Absurdo que deve ser combatido	589
c.2) Quando uma gravação como meio de prova é válida.....	590
28.5. Sigilo das comunicações telemáticas.....	591
29. Direito de reunião (art. 5º, XVI)	592
30. Direito de associação (art. 5º, XVII a XXI).....	593
31. Direito de propriedade (art. 5º, XXII)	596
32. Função social da propriedade (arts. 5º, XXIII; 170; 182, § 2º; e 186, <i>caput</i>).....	597
33. Desapropriação (art. 5º, XXIV)	598
34. Direito de requisição (art. 5º, XXV)	601
35. Garantia à pequena propriedade rural (art. 5º, XXVI)	603
36. Proteção aos direitos autorais (art. 5º, XXVII e XXVIII, <i>a e b</i>)	603
37. Proteção à propriedade industrial (art. 5º, XXIX)	605
38. Direito de herança (art. 5º, XXX).....	605
39. Sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil (art. 5º, XXXI).....	605

40.	Defesa do consumidor (arts. 5º, XXXII, e 170, V).....	606
41.	Liberdade de informação (art. 5º, XIV e XXXIII).....	607
41.1.	Liberdade de acesso à informação (art. 5º, XIV).....	607
	a) Sigilo da fonte.....	607
	b) O jornalista e a proteção do sigilo da fonte.....	607
41.2.	Direito de receber informações dos órgãos públicos (art. 5º, XXXIII).....	608
	a) Decreto n. 5.301/2004.....	609
	b) Decreto n. 5.584/2005.....	610
	c) Lei n. 11.111/2005.....	610
42.	Inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV).....	611
43.	Garantia da estabilidade das relações jurídicas (art. 5º, XXXVI).....	614
43.1.	Direito adquirido.....	615
	a) Como funciona a garantia do direito adquirido.....	615
	b) Consequências processuais advindas do direito adquirido.....	616
	c) Direito adquirido e regime jurídico de instituto de direito.....	616
	d) Direito consumado, expectativa de direito e simples faculdades legais.....	618
43.2.	Ato jurídico perfeito.....	618
43.3.	Coisa julgada.....	619
44.	Tribunal do Júri (art. 5º, XXXVIII).....	620
44.1.	Plenitude de defesa (art. 5º, XXXVIII, <i>a</i>).....	621
44.2.	Sigilo das votações (art. 5º, XXXVIII, <i>b</i>).....	622
44.3.	Soberania dos veredictos e recorribilidade da decisão (art. 5º, XXXVIII, <i>c</i>).....	622
44.4.	Competência do júri quanto aos crimes dolosos contra a vida (art. 5º, XXXVIII, <i>d</i>).....	623
44.5.	Competências especiais por prerrogativa de função.....	623
45.	Garantias constitucionais criminais.....	626
45.1.	Legalidade e anterioridade da lei penal incriminadora (art. 5º, XXXIX).....	626
45.2.	Retroatividade da lei penal (art. 5º, XL).....	627
45.3.	Discriminação a direitos e liberdades fundamentais (art. 5º, XLI).....	628
45.4.	Prática de racismo (art. 5º, XLII).....	628
45.5.	Crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia (art. 5º, XLIII).....	629
45.6.	Ação de grupos armados, civis e militares (art. 5º, XLIV).....	632
45.7.	Intransmissibilidade das penas (art. 5º XLV).....	632
45.8.	Individualização das penas (art. 5º, XLVI).....	633
45.9.	Cumprimento das penas (art. 5º, XLVIII).....	634
45.10.	Prerrogativas dos presos (art. 5º, XLIX, L, LXII a LXVI, LXXV).....	635
	a) Análise da prisão preventiva na ordem constitucional brasileira.....	637
45.11.	Identificação criminal (art. 5º, LVIII).....	640
	a) Advento da Lei n. 12.037/2009.....	641
	b) Os não identificados civilmente.....	641
	c) Como atestar a identificação civil.....	642
	d) O que se inclui na identificação criminal.....	642
	e) Direito de requerer a retirada da identificação fotográfica do inquérito ou processo.....	642
	f) Revogação da Lei n. 10.054, de 7-12-2000.....	642
45.12.	Ação penal privada subsidiária (art. 5º, LIX).....	643
45.13.	Regra da não prisão (art. 5º, LXI).....	645
45.14.	Prisão civil por dívida (art. 5º, LXVII).....	645
	a) Descumprimento de obrigação alimentar.....	648
	b) Prisão civil e prestação alimentícia em atraso.....	649
	c) Prisão civil do devedor fiduciário.....	649
46.	Extradicação (art. 5º, LI e LII).....	650
46.1.	Regras constitucionais para a extradicação.....	651
46.2.	Requisitos legais para a extradicação.....	653
46.3.	Competência para processar e julgar o extraditando.....	655



46.4.	Deveres do Estado requerente da extradição	655
46.5.	Pedido de extensão: entendimento do STF	656
46.6.	Papel do Supremo Tribunal Federal na extradição	656
46.7.	Pedido extradicional: procedimento	657
46.8.	Prisão no procedimento extradicional	658
46.9.	Legalidade do ato concessivo de refúgio e natureza dos crimes imputados ao extraditando: o “caso Cesare Battisti”	660
46.9.1.	Reflexões sobre o “caso Cesare Battisti”	662
46.10.	Expulsão	664
46.11.	Extradição e expulsão de estrangeiro com cônjuge e filhos brasileiros	666
47.	Devido processo legal (art. 5º, LIV)	666
47.1.	Funcionamento e importância do devido processo legal	667
47.2.	Qual a amplitude do devido processo legal?	668
47.3.	Princípios constitucionais derivados do devido processo legal	669
a)	Princípio implícito do duplo grau de jurisdição	670
b)	Princípio da razoabilidade	672
c)	Princípios do juiz e do promotor natural (art. 5º, XXXVII e LIII)	674
d)	Princípios do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV)	676
d.1)	Interrogatório por videoconferência	679
e)	Princípio da proibição da prova ilícita (art. 5º, LVI)	681
e.1)	Uso excepcional das provas ilícitas e princípio da proporcionalidade	683
e.2)	Convalidação das provas ilícitas em nome da legítima defesa	684
e.3)	Provas ilícitas por derivação: frutos da árvore envenenada	685
f)	Princípio da motivação das decisões (art. 93, IX e X)	687
g)	Princípio da publicidade (arts. 5º, LX, e 93, IX)	690
g.1)	Mudança de voto depois de proclamado o resultado do julgamento	691
h)	Princípio da razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII)	692
i)	Princípio da presunção de inocência (CF, art. 5º, LVII)	695
48.	Tratados internacionais e direitos fundamentais (art. 5º, § 2º)	698
48.1.	Princípio da não tipicidade constitucional	699
48.2.	Incorporação dos tratados internacionais na ordem jurídica brasileira	699
a)	Regime jurídico do art. 5º, § 2º, da CF: o novo entendimento do STF	701
b)	Regime jurídico do art. 5º, § 3º, da CF: equivalência com as emendas constitucionais	703
49.	Tribunal Penal Internacional (art. 5º, § 4º)	706
49.1.	Estatuto de Roma e prisão de chefe de Estado Estrangeiro	707
50.	Pacto de San José da Costa Rica em face da Constituição brasileira	710
a)	Finalidades do Pacto de San José da Costa Rica	710
b)	Pontos de interseção entre o Pacto de San José da Costa Rica e a Constituição brasileira	710
c)	Temas decididos pelo STF com base no Pacto de San José da Costa Rica	711
Capítulo 14. — INSTRUMENTOS DE TUTELA DAS LIBERDADES		
1.	Que são instrumentos de tutela das liberdades?	713
2.	Direito de petição (art. 5º, XXXIV, a)	714
3.	Direito de certidão (art. 5º, XXXIV, b)	716
4.	<i>Habeas corpus</i> (art. 5º, LXVIII)	718
4.1.	Perfil do <i>habeas corpus</i>	720
4.2.	Pressupostos constitucionais de impetração	725
4.3.	Legitimidade ativa no <i>habeas corpus</i>	726
4.4.	Legitimidade passiva no <i>habeas corpus</i>	728
4.5.	Ato de particular	728
4.6.	Ato de Tribunais Regionais Federais ou Tribunais estaduais	729
4.7.	Ato ilegal imputado a promotor de justiça	730
4.8.	Ato de membro do Ministério Público Federal	731



4.9. Ato de Turma Recursal de Juizados Especiais Criminais.....	731
4.10. Ato de juiz especial nos Juizados Especiais Criminais.....	732
4.11. Punições disciplinares militares.....	733
4.12. Coação ilegal atribuída a Turma do STF.....	733
4.13. Liminar em <i>habeas corpus</i>	733
4.14. Empate no <i>habeas corpus</i> : favorecimento ao paciente.....	734
4.15. <i>Habeas corpus</i> e recurso ordinário: ajuizamento simultâneo.....	734
4.16. <i>Habeas corpus</i> e substituição de recurso ordinário constitucional.....	734
5. Mandado de segurança (art. 5º, LXIX).....	735
5.1. Perfil do mandado de segurança.....	736
5.2. Cabimento do mandado de segurança.....	737
5.3. Legitimidade ativa no mandado de segurança (impetrante).....	741
5.4. Legitimidade passiva no mandado de segurança (impetrado).....	742
5.5. Autoridade coatora no mandado de segurança (coator).....	743
5.6. Procedimento.....	744
a) Petição inicial.....	744
5.7. Prazo para impetração.....	747
5.8. Competência.....	748
a) Competência do Supremo Tribunal Federal.....	748
a.1) Excepcionalmente, compete ao STF julgar <i>mandamus</i> contra ato da própria Corte ...	749
b) Competência do Superior Tribunal de Justiça.....	749
c) Competência dos Tribunais Regionais Federais.....	750
d) Competência dos juízes federais.....	750
e) Competência dos Juizados Especiais.....	750
5.9. Liminar em mandado de segurança.....	750
a) Disciplina da medida liminar na Lei n. 12.016/2009.....	751
6. Mandado de segurança coletivo (art. 5º, LXX).....	753
6.1. Regime jurídico.....	753
6.2. Natureza.....	753
6.3. Finalidade: defender direitos coletivos e individuais homogêneos.....	754
6.4. Objeto: não se exige que o direito seja peculiar à classe.....	755
6.5. Impetração simultânea do <i>writ</i> coletivo e individual: possibilidade.....	756
6.6. Legitimidade ativa (impetrantes).....	756
a) Partidos políticos com representação no Congresso Nacional.....	757
b) Sindicatos, entidades de classe e associações.....	759
6.7. Legitimidade passiva.....	760
6.8. <i>Writ</i> coletivo e litisconsórcio.....	760
6.9. Coisa julgada.....	760
6.10. Liminar em <i>writ</i> coletivo.....	761
7. Mandado de injunção (art. 5º, LXXI).....	761
7.1. Antecedentes.....	762
7.2. Natureza jurídica.....	763
7.3. Mandado de injunção e ADIn por omissão.....	763
7.4. Requisitos.....	763
7.5. Objeto.....	764
7.6. Legitimidade ativa.....	765
a) Mandado de injunção coletivo.....	766
b) Impetração pelo Ministério Público.....	766
7.7. Legitimidade passiva.....	767
7.8. Procedimento.....	768
7.9. Medida liminar.....	768
7.10. Competência.....	768
7.11. Decisão.....	770



7.12. Efeitos do mandado de injunção.....	770
a) Avaliação do novo posicionamento do STF quanto ao mandado de injunção	772
8. Habeas data (art. 5º, LXXII).....	773
8.1. Antecedentes	773
8.2. Natureza jurídica	773
8.3. Finalidades	774
8.4. Cabimento	774
a) Imprescindibilidade do interesse de agir.....	775
b) Habeas data e dados sigilosos da sociedade e do Estado	776
8.5. Legitimidade ativa	776
a) Impetração em nome de terceiros	777
b) Habeas data coletivo	777
8.6. Legitimidade passiva.....	777
8.7. Competência	778
8.8. Procedimento (Lei n. 9.507/97)	779
9. Ação popular (art. 5º, LXXIII)	781
9.1. Origem.....	781
9.2. Perfil constitucional.....	782
9.3. Finalidade: defender interesses difusos.....	782
9.4. Objeto: combater atos lesivos e ilegais.....	783
9.5. Legitimidade ativa	784
9.6. Legitimidade passiva	786
9.7. Competência.....	786
9.8. Sentença e coisa julgada.....	787
9.9. Isenção de custas e ônus da sucumbência	788

Capítulo 15 — DIREITOS SOCIAIS

1. Direitos sociais: noção e funcionamento	789
2. Finalidade dos direitos sociais	789
3. Natureza dos direitos sociais	789
4. Sujeito passivo dos direitos sociais.....	790
5. Classificação dos direitos sociais.....	790
6. Efetividade e proteção dos direitos sociais	790
7. Direitos sociais e direitos dos trabalhadores.....	791
8. Previsão constitucional dos direitos sociais (art. 6º).....	792
8.1. Alimentação como direito social básico: a Emenda Constitucional n. 64/2010.....	794
9. Direitos dos trabalhadores urbanos e rurais (art. 7º).....	795
10. Liberdade de associação profissional e sindical (art. 8º).....	810
10.1. Princípios constitucionais da liberdade associativa (art. 8º, I a VIII).....	811
10.2. Contribuições confederativa e sindical	814
11. Direito de greve (art. 9º).....	815

Capítulo 16 — DIREITO DE NACIONALIDADE

1. Significado.....	817
2. Noções correlatas à nacionalidade.....	817
3. Brasileiros natos e naturalizados.....	818
a) Brasileiro nato	818
b) Brasileiro naturalizado	818
4. Tipos de nacionalidade: originária e secundária	819
4.1. Aquisição da nacionalidade originária	819
a) Regra do <i>ius solis</i> ou <i>ius loci</i> (art. 12, I, <i>a</i>).....	820
b) Regra do <i>ius sanguinis</i> + critério funcional (art. 12, I, <i>b</i>).....	820
c) Regra da nacionalidade potestativa: <i>ius sanguinis</i> + critério residencial + opção confirmativa (art. 12, I, <i>c</i>).....	821
c.1) Nacionalidade potestativa e opção	821



228	c.2) Nacionalidade potestativa antes da Carta de 1988	822
228	c.3) Nacionalidade potestativa depois da Carta de 1988	822
228	c.4) ECR n. 3/94: supressão do critério <i>ius sanguinis</i> + registro	822
228	c.5) EC n. 54/2007: registro em repartição competente e maioria (18 anos completos)	823
228	4.2. Aquisição da nacionalidade secundária	825
228	4.2.1. Polipátridas e apátridas (ou <i>Heimatlos</i>)	825
228	a) Polipátridas e os conflitos positivos de nacionalidade	825
228	b) Apátridas e os conflitos negativos de nacionalidade	826
228	4.2.2. Tipos de naturalização	826
228	a) Naturalização tácita (ou grande naturalização)	827
228	b) Naturalização expressa (explícita ou taxativa)	827
228	b.1) Naturalização ordinária (ou comum)	827
228	b.1.1) Quase nacionalidade	828
228	b.2) Naturalização extraordinária (ou quinquenária)	831
228	4.2.3. Radicação precoce e conclusão de curso superior	832
228	5. A lei não pode distinguir brasileiros natos e naturalizados	833
228	a) Extradicação (CF, art. 5º, LI)	834
228	b) Cargos (CF, art. 12, § 3º)	834
228	c) Função (CF, art. 89, VII)	835
228	d) Propriedade de empresa jornalística, de radiodifusão sonora, de sons e imagens (CF, art. 222)	835
228	6. Perda da nacionalidade	836
228	6.1. Ação de cancelamento de naturalização (perda-punição)	836
228	6.2. Naturalização voluntária (perda-mudança)	837
228	a) Reconhecimento da nacionalidade originária pela lei estrangeira	837
228	b) Imposição de naturalização pela norma estrangeira	838
228	6.3. Nacionalidade adquirida com fraude à lei	838
228	6.4. Exclusão de hipótese da Carta de 1967	838
228	7. Reaquisição da nacionalidade brasileira perdida	838

Capítulo 17 — DIREITOS POLÍTICOS

228	1. Que são direitos políticos	840
228	2. Como se classificam os direitos políticos	840
228	3. Direitos políticos positivos	840
228	3.1. Direito de sufrágio	841
228	a) Natureza jurídica do sufrágio	841
228	b) Espécies de sufrágio	842
228	c) Direito de sufrágio e as capacidades eleitorais ativa e passiva	843
228	c.1) Elegibilidade	844
228	c.2) Condições de elegibilidade (CF, art. 14, § 3º)	844
228	d) Exercício do sufrágio: o direito de voto	846
228	d.1) Natureza do voto	847
228	d.2) Características do voto	847
228	d.3) Plebiscito e referendo: formas de exercer o direito de voto	848
228	e) Eleitorado	850
228	e.1) Impossibilidade de “corpos eleitorais”	850
228	3.2. Sistemas eleitorais	850
228	a) Sistema majoritário	851
228	b) Sistema proporcional	851
228	c) Sistema misto	853
228	3.3. Procedimento eleitoral	853
228	4. Direitos políticos negativos	853
228	4.1. Inelegibilidades	854
228	4.1.1. Panorama das inelegibilidades na Constituição de 1988	855

a) Inelegibilidades absolutas.....	855
b) Inelegibilidades relativas.....	856
b.1) Inelegibilidade funcional por motivo de reeleição (art. 14, § 5º).....	856
b.2) Inelegibilidade funcional por motivo de desincompatibilização (art. 14, § 6º).....	860
b.3) Inelegibilidade reflexiva — casamento, parentesco ou afinidade (art. 14, § 7º).....	864
b.4) Inelegibilidades militares (art. 14, § 8º).....	869
b.5) Inelegibilidades legais (art. 14, § 9º).....	870
4.2. Privação dos direitos políticos.....	873
4.2.1. Perda dos direitos políticos.....	874
4.2.2. Suspensão dos direitos políticos.....	875
a) Condenação criminal transitada em julgado (CF, art. 15, III): conclusões do STF e do TSE.....	876
b) Condenação criminal transitada em julgado e perda do mandato de parlamentares federais.....	878
c) Condenação criminal transitada em julgado e a Lei Complementar n. 64/90 (art. 1º, I, e).....	879
5. Reaquisição dos direitos políticos.....	880
5.1. Reaquisição dos direitos políticos perdidos.....	880
5.2. Reaquisição dos direitos políticos suspensos.....	880
6. Princípio da anualidade eleitoral.....	881
a) Exceção ao princípio da anualidade eleitoral: hipótese de eleição indireta.....	882
6.1. Criação de Município em ano eleitoral: impossibilidade.....	882
7. Cassação dos direitos políticos.....	883
7.1. Cumprimento imediato das decisões da Justiça Eleitoral.....	883
8. Impugnação de mandato eletivo.....	884
8.1. Ação de impugnação de mandato eletivo.....	884
9. Princípio da fidelidade partidária.....	885
10. Renúncia a mandato parlamentar e coligação.....	888

Capítulo 18 — PARTIDOS POLÍTICOS

1. Que são partidos políticos?.....	890
2. Origem dos partidos políticos.....	890
3. Partidos políticos na Constituição de 1988.....	890
4. Criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos.....	891
5. Autonomia partidária.....	892
6. Registro partidário.....	894
7. Recursos do fundo partidário e propaganda eleitoral.....	894
8. Partidos políticos e organizações paramilitares.....	895
9. Inconstitucionalidade da cláusula de barreira.....	895
10. Do princípio da verticalização das coligações partidárias à regra da não obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas (CF, art. 17, § 1º).....	896

Capítulo 19 — ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

1. Organização político-administrativa e divisão espacial do poder.....	899
2. Federação.....	899
2.1. O Estado Federal brasileiro.....	901
2.2. Princípio da indissolubilidade do pacto federativo (CF, arts. 1º, <i>caput</i> , e 18, <i>caput</i>).....	902
2.3. Princípio implícito da simetria federativa.....	902
2.4. Federalismo assimétrico (CF, arts. 23; 43; 151, I; 155, I, <i>b</i> , § 2º, VI e XII, <i>g</i>).....	903
3. Entidades componentes da federação brasileira.....	904
4. União.....	904
4.1. Bens da União (CF, art. 20, I a XI).....	905
4.2. Participação em recursos minerais (CF, art. 20, § 1º).....	906
4.3. Faixa de fronteira (CF, art. 20, § 2º).....	907
4.4. Regiões administrativas ou de desenvolvimento (CF, art. 43, §§ 1º a 3º).....	907



5. Estados.....	909
5.1. Autonomia estadual (CF, art. 25).....	910
5.1.1. Organização dos governos estaduais (CF, arts. 27, 28 e 125).....	911
5.2. Bens dos Estados (CF, art. 26, I a IV).....	914
5.3. Formação de Estados (CF, art. 18, § 3º).....	915
5.4. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões (CF, art. 25, § 3º).....	916
6. Municípios.....	917
6.1. Autonomia municipal (CF, arts. 1º, <i>caput</i> ; 18, <i>caput</i> ; 29; 30 e 34, VII, <i>c</i>).....	918
6.2. Lei orgânica municipal (CF, art. 29).....	919
6.3. Organização dos governos municipais (CF, arts. 29 e 29-A).....	920
a) Eleição e posse de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores (CF, art. 29, I a III).....	920
b) Remuneração de prefeitos, vice-prefeitos e secretários municipais (CF, art. 29, V).....	920
c) Prefeito — perda do mandato (CF, art. 29, XIV).....	921
d) Julgamento do prefeito — foro especial por prerrogativa de função (CF, art. 29, X).....	921
d.1) Competência dos Tribunais de Justiça.....	922
d.2) Competência das Câmaras de Vereadores.....	924
d.3) Competência dos Tribunais Regionais Eleitorais.....	924
d.4) Competência dos Tribunais Regionais Federais.....	924
d.5) Competência dos juízes de direito.....	925
e) Crime de responsabilidade do prefeito (CF, art. 29-A, § 2º).....	926
f) Número de vereadores por Município (CF, art. 29, IV).....	927
f.1) Primeira redação do art. 29, IV, advinda da manifestação constituinte originária de 1988.....	927
f.2) Segunda redação do art. 29, IV, proveniente da Emenda Constitucional n. 58/2009....	929
f.2.1) Inconstitucionalidade do art. 3º, I, da Emenda Constitucional n. 58/2009....	929
f.2.1.1) Decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás.....	931
f.2.1.2) ADIn's no Supremo Tribunal Federal.....	931
g) Remuneração de vereadores (CF, art. 29, VI e VII).....	934
h) Imunidade material dos vereadores (CF, art. 29, VIII).....	936
i) Proibições e incompatibilidades dos vereadores (CF, art. 29, IX).....	938
j) Crime de responsabilidade do Presidente da Câmara de Vereadores (CF, art. 29-A, § 3º)....	938
k) Funções legislativas e fiscalizatórias da Câmara Municipal (CF, art. 29, XI).....	938
l) Cooperação no planejamento do Município (CF, art. 29, XII).....	938
m) Iniciativa popular de projetos de lei (CF, art. 29, XIII).....	939
6.4. Fiscalização do Município (CF, art. 31, §§ 1º a 4º).....	939
6.5. Formação de Municípios (CF, art. 18, § 4º — redação dada pela EC n. 16/96).....	940
6.5.1. Emenda Constitucional n. 57/2008.....	942
7. Distrito Federal.....	943
7.1. Natureza.....	943
7.2. Brasília — Capital Federal.....	943
7.3. Autonomia.....	944
7.4. Governo do Distrito Federal.....	945
8. Vedações constitucionais de natureza federativa.....	947
9. Territórios Federais.....	948
9.1. Natureza autárquica.....	948
9.2. Como surgiram os Territórios Federais.....	949
9.3. Não mais existem Territórios Federais no Brasil.....	949
a) Os novos Estados de Roraima e Amapá.....	949
b) Fernando de Noronha: Distrito do Estado de Pernambuco.....	950
9.4. Podem ser criados novos Territórios Federais no Brasil.....	951
10. Competências federativas.....	952
10.1. Repartição de competências federativas.....	952

a) Princípio da predominância do interesse.....	953
b) Técnicas de repartição de competências	953
10.2. Panorama das competências federativas na Constituição de 1988	954
10.3. Competências da União.....	956
a) Competências administrativas da União (CF, art. 21, I a XXV)	956
b) Competências legislativas da União (CF, art. 22, I a XXIX)	959
10.4. Competências dos Estados.....	965
a) Competência remanescente ou reservada (CF, art. 25, § 1º).....	965
b) Competência enumerada (CF, arts. 18, § 4º, e 25, §§ 2º e 3º).....	966
c) Competência delegada (CF, art. 22, parágrafo único).....	966
d) Competência concorrente (CF, art. 24, I a XVI)	966
e) Competência suplementar (CF, art. 24, §§ 1º a 4º)	966
10.5. Competências do Distrito Federal.....	967
10.6. Competências dos Municípios.....	967
10.7. Competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.....	969
10.8. Competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal	971
10.9. Competência suplementar dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	974
11. Intervenção.....	975
11.1. Intervenção da União nos Estados, no Distrito Federal ou nos Municípios situados em Territórios Federais	977
a) Pressupostos materiais da intervenção federal (CF, art. 34, I a VII)	978
b) Pressupostos formais da intervenção federal (CF, art. 36, I a III)	980
c) Procedimento da intervenção federal	981
c.1) Fase inicial.....	981
c.2) Fase judicial.....	982
c.3) Fase do decreto interventivo	982
c.4) Fase do controle político e jurisdicional	983
11.2. Intervenção estadual nos Municípios	984

Capítulo 20 — ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Significado de Administração Pública na Constituição de 1988.....	987
2. Decreto-Lei n. 200/67.....	989
2.1. Administração direta.....	989
2.2. Administração indireta	989
3. Princípios constitucionais da Administração Pública.....	991
3.1. Princípio da legalidade administrativa.....	992
3.2. Princípio da impessoalidade administrativa.....	993
3.3. Princípio da moralidade administrativa.....	993
3.4. Princípio da publicidade administrativa	996
3.5. Princípio da eficiência administrativa.....	996
4. Preceitos constitucionais da Administração Pública.....	999
5. Agentes públicos na Constituição	1016
5.1. Agentes políticos.....	1017
5.2. Particulares em regime de colaboração com o Poder Público.....	1017
5.3. Servidores públicos	1018
5.3.1. Servidores públicos no exercício de mandato eletivo	1018
5.3.2. Direitos sociais dos servidores públicos civis	1020
5.3.3. Formação e aperfeiçoamento de servidores públicos.....	1021
5.3.4. Prêmio de produtividade dos servidores públicos	1021
5.3.5. Estabilidade e efetividade dos servidores públicos civis.....	1021
5.3.6. Estágio probatório dos servidores públicos civis	1022
5.3.7. Perda do cargo do servidor público estável.....	1025
6. Sistema remuneratório dos agentes públicos	1026
6.1. Extinção do regime jurídico único	1026



8016.2.	Subsídios	1027
8016.2.1.	Irredutibilidade de subsídios	1029
8016.2.2.	Preservação do direito adquirido.....	1029
8016.3.	Teto remuneratório.....	1030
8016.4.	Regras remuneratórias no âmbito estadual, distrital e municipal	1032
8016.5.	Regras transitórias da EC n. 41/2003	1032
8016.6.	Princípio da periodicidade	1033
8016.7.	Vinculação e equiparação de espécies remuneratórias.....	1034
8016.8.	Proibição do “efeito repicão”.....	1035
8016.9.	Disponibilidade remunerada.....	1036
7.	Aposentadoria dos agentes públicos	1037
7.1.	Contribuição de inativos e pensionistas	1038
7.2.	Espécies de aposentadoria	1040
a)	Aposentadoria por invalidez permanente	1040
b)	Aposentadoria compulsória.....	1042
c)	Aposentadoria voluntária.....	1043
7.3.	Regras para a aposentadoria	1043
8.	Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.....	1048
Capítulo 21 — ORGANIZAÇÃO DOS PODERES		
1.	Organização constitucional de Poderes	1050
2.	Poderes do Estado e defesa das liberdades públicas.....	1052
3.	Poder Legislativo	1052
3.1.	Congresso Nacional.....	1053
a)	Atribuições do Congresso Nacional	1055
a.1)	Competência legislativa do Congresso Nacional (CF, art. 48, I a XV).....	1056
a.2)	Competência exclusiva do Congresso Nacional (CF, art. 49, I a XVII)	1057
b)	Convocação e comparecimento de Ministros de Estado (CF, art. 50, §§ 1º e 2º).....	1061
c)	Funcionamento do Congresso Nacional	1062
c.1)	Legislatura: significado e período de duração.....	1062
c.2)	Sessões legislativas.....	1063
c.3)	Recesso parlamentar	1064
c.4)	Deliberações parlamentares.....	1065
c.4.1)	Quórum.....	1065
c.4.2)	Técnica de positivação constitucional das maiorias	1065
d)	Voto de liderança e princípio da colegialidade.....	1066
3.2.	Câmara dos Deputados.....	1066
a)	Eleição de deputados federais no Distrito Federal	1067
b)	Sistema proporcional	1067
c)	Competência privativa da Câmara dos Deputados.....	1069
3.3.	Senado Federal	1070
a)	Sistema majoritário.....	1071
b)	Competência privativa do Senado Federal.....	1071
3.4.	Estatuto dos Congressistas	1076
3.5.	Origem e crise das imunidades parlamentares	1076
3.6.	Disciplina constitucional das imunidades parlamentares	1078
3.7.	Imunidade material (CF, art. 53, <i>caput</i>)	1079
a)	Como funciona a imunidade material.....	1080
b)	Imunidade material após o advento da EC n. 35/2001	1080
c)	Extensão da imunidade material	1081
d)	Imunidade material na jurisprudência do STF.....	1082
d.1)	Irrenunciabilidade das imunidades	1082
d.2)	Licenciamento para exercício de cargo no Poder Executivo.....	1082

d.3)	Crimes contra a honra.....	1083
d.4)	Proteção no exercício do mandato ou em razão dele.....	1083
d.5)	Efeitos temporais da imunidade material.....	1085
d.6)	Depoimento prestado em CPI.....	1085
d.7)	Propaganda eleitoral.....	1086
d.8)	Declaração em jornais e insuficiência de provas.....	1086
3.8.	Imunidade processual (CF, art. 53, §§ 1º a 5º).....	1086
a)	Conteúdo da imunidade processual.....	1087
b)	Abrangência da imunidade processual.....	1087
c)	Extensão no tempo da imunidade processual.....	1088
d)	Imunidade processual na jurisprudência do STF.....	1088
d.1)	Prerrogativa de foro em razão da função.....	1089
d.2)	Prerrogativa de foro nas infrações penais comuns.....	1090
d.3)	Arquivamento da denúncia.....	1090
d.4)	Cancelamento da Súmula 394 do STF.....	1091
d.5)	Atualidade do mandato e competência do STF.....	1092
d.6)	Desnecessidade de licença prévia para o processo de parlamentares.....	1092
d.7)	Deliberação do pedido de processo parlamentar à Casa legislativa.....	1093
d.8)	Superveniência da EC n. 35/2001.....	1093
e)	Pedido de sustação e prescrição suspensa (CF, art. 53, §§ 4º e 5º).....	1095
3.9.	Isenção do dever de testemunhar (CF, art. 53, § 6º).....	1096
3.10.	Incorporação às Forças Armadas (CF, art. 53, § 7º, c/c o art. 143).....	1096
3.11.	Imunidade parlamentar durante o estado de sítio (CF, art. 53, § 8º).....	1097
3.12.	Incompatibilidades (CF, art. 54).....	1097
3.13.	Perda do mandato parlamentar (CF, art. 55, §§ 1º a 3º).....	1098
3.14.	Renúncia do mandato parlamentar (CF, art. 55, § 4º).....	1101
3.15.	Afastamento do congressista (CF, art. 56, I e II).....	1101
3.16.	Suplência parlamentar (CF, art. 56, §§ 1º e 2º).....	1102
3.17.	Vencimentos dos parlamentares: competência para fixar subsídios.....	1103
3.18.	Comissões parlamentares.....	1103
3.19.	Comissões permanentes.....	1105
3.20.	Comissões temporárias ou especiais.....	1106
3.21.	Comissões mistas.....	1106
3.22.	Comissões parlamentares de inquérito.....	1106
a)	Para que servem as CPIs.....	1108
b)	Quórum de criação das CPIs.....	1108
c)	Poderes investigatórios das CPIs.....	1110
c.1)	Poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.....	1112
d)	CPIs podem ordenar prisões?.....	1117
e)	Limites constitucionais às CPIs.....	1119
f)	Controle judicial das CPIs.....	1120
g)	Medidas processuais contra atos das CPIs.....	1121
h)	Intimação para depor em CPI.....	1124
i)	Duração do inquérito parlamentar e prorrogação do prazo.....	1127
j)	Direito ao silêncio e privilégio contra a autoincriminação.....	1130
k)	Direito ao sigilo e decisão parlamentar fundamentada.....	1135
l)	Prerrogativas profissionais do advogado.....	1138
m)	Contraditório e ampla defesa no inquérito parlamentar.....	1140
n)	Princípio da reserva de jurisdição no inquérito parlamentar.....	1142
o)	Relatório.....	1144
p)	Responsabilidade civil ou criminal dos infratores.....	1146
3.23.	Comissão parlamentar representativa.....	1146
3.24.	Processo legislativo.....	1147

8811	3.24.1. Processo legislativo na Constituição de 1988	1148
8811	3.24.2. Classificação do processo legislativo	1149
8811	3.24.3. Fases de elaboração das leis e atos normativos	1150
8811	a) Procedimento legislativo ordinário (ou comum)	1150
8811	a.1) Fase introdutória do procedimento legislativo ordinário: a iniciativa de lei.....	1151
8811	a.1.1) Iniciativa do Presidente da República (CF, art. 61, § 1º).....	1152
8811	a.1.2) Iniciativa de lei do Poder Judiciário.....	1157
8811	a.1.3) Iniciativa de lei para fixação do teto salarial.....	1157
8811	a.1.4) Iniciativa de lei do Ministério Público.....	1158
8811	a.1.5) Iniciativa popular de lei	1159
8811	a.2) Fase constitutiva do procedimento legislativo ordinário: as deliberações.....	1160
8811	a.2.1) Deliberação parlamentar	1160
8811	a.2.1.1) Emenda parlamentar	1162
8811	a.2.1.2) Votação	1163
8811	a.2.1.3) Prazo para deliberação parlamentar	1163
8811	a.2.2) Deliberação executiva	1163
8811	a.2.2.1) Sanção.....	1163
8811	a.2.2.2) Veto presidencial	1164
8811	a.3) Fase complementar do procedimento legislativo ordinário: a certificação e a comunicação.....	1166
8811	a.3.1) Promulgação	1166
8811	a.3.2) Publicação	1167
8811	b) Procedimento legislativo sumário.....	1167
8811	c) Procedimento legislativo especial	1169
8811	3.25. Espécies normativas	1169
8811	a) Hierarquia entre as espécies normativas	1169
8811	b) Atributos das espécies normativas	1170
8811	3.25.1. Emendas à Constituição	1171
8811	a) Procedimento legislativo especial das emendas à Constituição.....	1172
8811	a.1) Fase introdutória do procedimento legislativo especial de emenda	1172
8811	a.2) Fase constitutiva do procedimento legislativo especial de emenda	1172
8811	a.3) Fase complementar do procedimento legislativo especial de emenda	1173
8811	3.25.2. Leis complementares	1173
8811	a) Natureza das leis complementares	1174
8811	b) Surgimento das leis complementares no Brasil	1174
8811	c) Diferenças entre leis complementares e leis ordinárias	1174
8811	d) Há hierarquia entre leis complementares e leis ordinárias?.....	1175
8811	e) Procedimento legislativo especial das leis complementares	1176
8811	f) Alcance das leis complementares na visão do STF.....	1176
8811	3.25.3. Leis ordinárias	1177
8811	a) Campo de incidência das leis ordinárias.....	1177
8811	b) Lei ordinária como ato complexo.....	1177
8811	3.25.4. Leis delegadas	1178
8811	a) Justificativa das leis delegadas.....	1178
8811	b) Natureza das leis delegadas	1178
8811	c) Surgimento no Brasil.....	1178
8811	d) Procedimento legislativo especial das leis delegadas	1179
8811	e) Poder congressional de sustar leis delegadas.....	1181
8811	3.25.5. Medidas provisórias	1182
8811	a) De onde vieram as medidas provisórias?.....	1182
8811	b) Medida provisória e decreto-lei: diferenças	1184
8811	c) Questões suscitadas das medidas provisórias	1184

d) Natureza das medidas provisórias.....	1184
e) Efeitos imediatos das medidas provisórias	1185
f) Características das medidas provisórias	1185
f.1) Excepcionalidade	1185
f.2) Efemeridade	1186
f.3) Precariedade	1186
f.4) Condicionamento.....	1186
g) Pressupostos constitucionais de admissibilidade.....	1186
h) Procedimento elaborativo especial das medidas provisórias	1189
h.1) Aprovação integral de medidas provisórias	1190
h.2) Aprovação da medida provisória com modificações pelo Congresso Nacional	1192
h.3) Rejeição expressa da medida provisória pelo Congresso Nacional.....	1193
h.4) Rejeição tácita da medida provisória pelo Congresso Nacional.....	1194
i) Medida provisória já editada: obrigatoriedade de apreciação do Congresso Nacional.....	1195
j) Medidas provisórias editadas antes da publicação da EC n. 32/2001.....	1196
k) Medida provisória e lei anterior a ela.....	1197
l) Consequências da conversão de medida provisória em lei	1197
m) Governadores e prefeitos podem expedir medidas provisórias?	1198
n) Proibições materiais constitucionais à edição de medidas provisórias	1199
n.1) Proibição do art. 246 da Carta de 1988	1200
n.2) Proibição em matéria reservada à lei delegada	1200
n.3) Proibição do art. 62, § 1º, II, da Carta de 1988.....	1201
n.4) Proibição em matéria reservada à lei complementar	1201
n.5) Proibição do art. 62, § 1º, IV, da Carta de 1988	1201
n.6) Proibição em matéria tributária.....	1201
n.7) Proibição em matéria penal.....	1203
o) O § 6º do art. 62 da CF aplica-se, apenas, aos projetos de lei ordinária.....	1204
3.25.6. Decretos legislativos.....	1205
a) Procedimento legislativo especial de formação dos decretos legislativos.....	1205
b) Decretos legislativos em face dos atos e tratados internacionais	1205
c) Características da incorporação dos atos e tratados via decreto legislativo.....	1206
3.25.7. Resoluções.....	1206
a) Natureza e efeitos das resoluções	1207
b) Campo de incidência das resoluções	1207
c) Espécies de resolução	1207
d) Procedimento legislativo especial de formação das resoluções.....	1208
4. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.....	1208
4.1. Função fiscalizatória na Constituição	1208
4.2. Modalidades de fiscalização	1209
4.3. Formas de controle	1209
a) Controle externo	1210
b) Controle interno (ou autocontrole)	1210
4.4. Quem deve prestar contas?.....	1210
4.5. Participação popular no controle externo da Administração Pública	1210
4.6. Tribunais de Contas.....	1211
a) Missão dos Tribunais de Contas.....	1211
b) Tribunais de Contas perante as leis inconstitucionais	1211
4.7. Tribunal de Contas da União.....	1212
a) Composição do Tribunal de Contas da União.....	1212
b) Competências do Tribunal de Contas da União	1214
4.8. Tribunais de Contas estaduais, distrital e municipais.....	1216
4.9. Tribunal de Contas e rejeição das contas do Chefe do Executivo.....	1218



5. Poder Executivo.....	1219
5.1. Presidencialismo	1220
5.2. Presidente da República: chefe de Estado e chefe de governo	1220
5.3. Vice-Presidente da República.....	1223
5.4. Eleição e posse do Presidente e do Vice-Presidente da República.....	1224
5.5. Vacância da Presidência da República	1226
5.6. Substitutos e sucessores do Presidente da República	1226
a) Substitutos do Presidente da República.....	1227
b) Sucessão presidencial na hipótese de vacância definitiva.....	1228
5.7. Ausência do Brasil por mais de quinze dias: perda do mandato presidencial.....	1228
5.8. Atribuições privativas do Presidente da República.....	1228
a) Princípio da delegação de competência presidencial.....	1229
5.9. Responsabilidade do Presidente da República	1229
5.9.1. Crimes de responsabilidade do Presidente da República.....	1230
a) Que são crimes de responsabilidade?.....	1230
b) Crimes de responsabilidade: infrações constitucionais ou político-administrativas	1231
c) Crimes de responsabilidade: natureza e caracteres	1232
d) Surgimento e evolução dos crimes de responsabilidade no Brasil.....	1232
e) Crimes de responsabilidade na Constituição de 1988	1233
f) Crimes de responsabilidade: processo e julgamento.....	1233
g) Imunidade presidencial: cláusula de irresponsabilidade penal relativa.....	1235
5.9.2. Crimes comuns do Presidente da República.....	1236
5.9.3. Competência para julgar crimes comuns e de responsabilidade.....	1237
5.10. <i>Impeachment</i> do Presidente da República	1239
a) Origem do <i>impeachment</i>	1240
b) Evolução do <i>impeachment</i> no Brasil	1240
c) Perfil do <i>impeachment</i> na Constituição de 1988.....	1241
d) Desenvolvimento do processo de <i>impeachment</i>	1243
e) Pena de inabilitação por oito anos.....	1244
f) <i>Impeachment</i> e condenação criminal	1245
g) Renúncia e extinção do <i>impeachment</i>	1246
5.11. Poder Executivo federal, estadual, distrital, municipal e territorial.....	1246
a) Governador e vice-governador: dupla vacância e possibilidade de eleição indireta pela Assembleia Legislativa.....	1248
5.12. Órgãos auxiliares do Presidente da República.....	1251
a) Ministros de Estado.....	1251
b) Conselho da República.....	1253
c) Conselho de Defesa Nacional	1253
6. Poder Judiciário	1254
6.1. Funções típicas e atípicas do Poder Judiciário.....	1255
6.2. Estatuto da Magistratura — reserva de lei complementar federal	1256
6.3. Princípios constitucionais-estatutários da magistratura.....	1257
6.4. Regra do quinto constitucional.....	1259
6.5. Garantias do Poder Judiciário	1261
a) Garantias institucionais da magistratura	1261
a.1) Autonomia orgânico-administrativa do Poder Judiciário.....	1262
a.2) Autonomia administrativa, financeira e orçamentária do Poder Judiciário.....	1264
a.2.1) Princípio do autogoverno da magistratura	1264
b) Garantias funcionais da magistratura	1265
b.1) Garantias funcionais de liberdade	1265
b.1.1) Vitaliciedade	1266
b.1.2) Inamovibilidade.....	1266
b.1.3) Irredutibilidade de subsídio.....	1267



b.2) Garantias funcionais de imparcialidade.....	1267
6.6. Precatórios judiciais.....	1268
a) Obrigatoriedade da inclusão do precatório no orçamento dos entes públicos.....	1271
b) Débitos de natureza alimentícia.....	1271
c) Consignação ao Poder Judiciário de dotações e créditos.....	1273
d) Regra das obrigações definidas em leis como de pequeno valor.....	1273
e) Análise da Emenda Constitucional n. 62/2009.....	1274
e.1) Teor do art. 100 da Constituição Federal após o advento da EC n. 62/2009.....	1278
e.2) Art. 97 do ADCT, acrescido à Constituição Federal pela EC n. 62/2009.....	1279
e.3) Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.357 contra a EC n. 62/2009.....	1283
6.7. Órgãos do Poder Judiciário.....	1285
6.8. Supremo Tribunal Federal.....	1287
a) Supremo Tribunal Federal e a Suprema Corte dos Estados Unidos.....	1288
b) Supremo Tribunal Federal: Corte Constitucional do Brasil?.....	1290
c) Composição do Supremo Tribunal Federal.....	1291
d) Competências do Supremo Tribunal Federal.....	1292
d.1) Princípio da taxatividade constitucional das competências do STF.....	1293
d.2) Competência originária do Supremo Tribunal Federal.....	1295
d.3) Competência recursal do Supremo Tribunal Federal.....	1301
d.3.1) Recurso ordinário constitucional.....	1301
d.3.2) Recurso extraordinário.....	1302
d.3.2.1) Repercussão geral das questões constitucionais.....	1305
d.3.2.1.1) Não cabe recurso no STF para solucionar equívocos na aplicação da repercussão geral.....	1307
d.3.2.2) Recurso extraordinário nas causas decididas em única ou última instância.....	1307
e) Súmula vinculante.....	1311
6.8.1. Conselho Nacional de Justiça.....	1326
a) Composição do Conselho Nacional de Justiça.....	1327
b) Competência do Conselho Nacional de Justiça.....	1328
c) Controle dos atos do Conselho Nacional de Justiça.....	1330
6.9. Superior Tribunal de Justiça.....	1330
a) Composição do Superior Tribunal de Justiça.....	1331
b) Competências do Superior Tribunal de Justiça.....	1332
b.1) Competência originária do Superior Tribunal de Justiça.....	1332
b.2) Competência recursal do Superior Tribunal de Justiça.....	1336
b.2.1) Recurso ordinário para o STJ.....	1336
b.2.2) Recurso especial.....	1337
b.2.2.1) Arguição de inconstitucionalidade em recurso especial.....	1339
b.2.2.2) Recurso especial e tutela de princípio geral de direito.....	1340
c) Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.....	1341
d) Conselho da Justiça Federal.....	1341
6.10. Tribunais Regionais Federais e juízes federais.....	1341
a) Órgãos da Justiça Federal.....	1342
a.1) Tribunais Regionais Federais.....	1342
a.1.1) Composição dos Tribunais Regionais Federais.....	1343
a.1.2) Competências dos Tribunais Regionais Federais.....	1344
a.1.2.1) Competência originária dos Tribunais Regionais Federais.....	1344
a.1.2.2) Competência recursal dos Tribunais Regionais Federais.....	1345
a.2) Juízes federais.....	1345
a.2.1) Organização da Justiça Federal de primeiro grau.....	1346
a.2.2) Competência dos juízes federais.....	1346
a.2.3) Regras complementares de competência dos juízes federais.....	1349
6.11. Tribunais e juízes do trabalho.....	1351



0081	a) Organização da Justiça do Trabalho	1351
0081	a.1) Tribunal Superior do Trabalho	1351
1081	a.2) Tribunais Regionais do Trabalho	1352
1081	a.3) Juízes do trabalho	1353
1301	b) Competência da Justiça do Trabalho	1354
2081	b.1) Amplitude do art. 114 da Constituição Federal	1355
2081	b.2) Desdobramento do art. 114 da Constituição Federal	1355
7081	6.12. Tribunais e juízes eleitorais	1359
1001	a) Órgãos da Justiça Eleitoral	1359
2001	a.1) Tribunal Superior Eleitoral	1360
1001	a.2) Tribunais Regionais Eleitorais	1360
1001	a.3) Juízes e Juntas Eleitorais	1361
1001	6.13. Tribunais e juízes militares	1363
1001	a) Órgãos da Justiça Militar	1363
1401	a.1) Superior Tribunal Militar	1363
1401	a.2) Tribunais e juízes militares	1364
4001	6.14. Tribunais e juízes dos Estados	1364
5001	a) Princípios organizatórios da Justiça comum	1365
6001	b) Usurpação de iniciativa reservada	1365
1001	c) Competência dos Tribunais de Justiça	1366
1001	d) Organização da Justiça Militar estadual	1367
1001	6.15. Juizados especiais	1368
1401	a) Fundamento constitucional dos juizados especiais	1369
1401	b) Juizados cíveis e criminais	1369
2001	c) Distinção entre juizados especiais e juizados de pequenas causas	1370
1001	d) Procedimento sumariíssimo	1371
1001	e) Juizados especiais no âmbito da Justiça Federal	1371
1001	6.16. Juizados de paz	1371

Capítulo 22 — FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

0081	1. Que são funções essenciais à Justiça?	1373
0081	2. Ministério Público	1373
0081	2.1. Origem do Ministério Público	1374
0081	2.2. Surgimento do Ministério Público no Brasil	1374
0081	2.3. Evolução do Ministério Público nas Constituições brasileiras	1375
0081	2.4. Ministério Público na Constituição de 1988	1376
0081	2.5. Posição institucional do Ministério Público	1378
0081	2.6. Natureza administrativa das funções do Ministério Público	1379
0081	2.7. Princípios institucionais do Ministério Público	1379
0081	a) Unidade	1379
1081	b) Indivisibilidade	1379
1081	c) Independência funcional	1380
1081	c.1) Autonomia funcional e administrativa do Ministério Público	1380
1081	c.2) Autonomia orçamentária e financeira do Ministério Público	1382
1081	2.8. Organização constitucional do Ministério Público	1383
1081	a) Ministério Público da União: nomeação e destituição do Procurador-Geral da República	1383
1081	b) Ministérios Públicos dos Estados, Distrito Federal e Territórios: nomeação e destituição do Procurador-Geral de Justiça	1385
1081	2.9. Ingresso na carreira do Ministério Público	1386
1081	2.10. Garantias do Ministério Público	1387
1081	a) Garantias institucionais do Ministério Público	1388
1081	b) Garantias funcionais do Ministério Público	1389
1081	b.1) Garantias funcionais de liberdade	1389
1081	b.1.1) Vitaliciedade	1389



b.1.2) Inamovibilidade	1390
b.1.3) Irredutibilidade de subsídio.....	1390
b.2) Garantias funcionais de imparcialidade	1391
2.11. Funções institucionais do Ministério Público.....	1393
a) Funções ministeriais previstas na Constituição Federal.....	1394
a.1) Legitimidade do Ministério Público para propor ações civis	1395
a.2) O Ministério Público tem poder de investigação criminal?	1395
a.2.1) Posicionamento do Supremo Tribunal Federal	1397
b) Funções ministeriais previstas na Lei n. 8.625/93	1401
2.12. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União	1402
a) Ministério Público junto aos Tribunais de Contas estaduais.....	1403
2.13. Conselho Nacional do Ministério Público	1403
a) Composição do Conselho Nacional do Ministério Público.....	1403
b) Competência do Conselho Nacional do Ministério Público.....	1404
3. Advocacia Pública.....	1405
3.1. Advocacia-Geral da União	1405
3.2. Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal.....	1406
4. O profissional da advocacia	1408
4.1. Mandamentos do advogado.....	1409
4.2. Princípio constitucional da indispensabilidade do advogado	1410
4.3. Inviolabilidade do advogado	1411
4.4. Habilitação e exercício da advocacia.....	1412
4.5. Livre ingresso em repartições públicas.....	1413
4.6. Natureza jurídica dos honorários advocatícios.....	1413
5. Defensoria Pública.....	1413
5.1. Essencialidade da Defensoria Pública.....	1413
5.2. Organização da Defensoria Pública: Lei Complementar n. 132, de 7-10-2009	1414

Capítulo 23 — DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

1. Equilíbrio e estabilidade na ordem constitucional.....	1416
1.1. Defesa do Estado	1416
1.2. Defesa das instituições democráticas	1416
2. Sistema constitucional de crises	1417
2.1. Medidas excepcionais das situações de crise: estados de defesa e de sítio.....	1417
2.1.1. O estado de defesa (CF, art. 136, §§ 1º a 7º).....	1419
a) Pressupostos materiais e formais de decretação.....	1419
b) Prisão no estado de defesa.....	1420
c) O estado de defesa sujeita-se aos controles jurisdicional e político.....	1420
2.1.2. O estado de sítio (CF, arts. 137 a 139).....	1420
a) Pressupostos materiais e formais de decretação.....	1421
b) Tipos de estado de sítio.....	1421
c) Efeitos da decretação do estado de sítio.....	1422
d) O estado de sítio também se sujeita aos controles jurisdicional e político	1422
2.1.3. Diferenças entre o estado de defesa e o estado de sítio.....	1422
2.1.4. Disposições comuns aos estados de defesa e de sítio (CF, arts. 140 e 141).....	1423
3. Forças Armadas	1424
3.1. Importância das Forças Armadas.....	1424
3.2. Composição das Forças Armadas	1424
3.3. Instituições nacionais, permanentes e regulares	1425
3.4. Hierarquia e disciplina.....	1425
3.5. Provisões constitucionais das Forças Armadas (CF, arts. 142 e 143)	1425
4. Segurança pública.....	1428
4.1. Órgãos da segurança pública (CF art. 144, I a V).....	1429



5. Emenda Constitucional n. 60, de 11-11-2009.....	1431
Capítulo 24 — SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	
1. Bases constitucionais da tributação	1433
2. Componentes do sistema constitucional tributário	1435
2.1. Impostos (CF, arts. 145, I, e 153 a 156).....	1436
2.1.1. Impostos federais: competência da União	1436
2.1.2. Impostos estaduais/distritais: competência dos Estados e do Distrito Federal	1439
2.1.3. Impostos municipais: competência dos Municípios	1440
2.2. Taxas (CF, art. 145, II)	1442
2.3. Empréstimos compulsórios (CF, art. 148).....	1444
2.4. Contribuições especiais (arts. 145, III, e 149)	1445
3. Prevenção de conflitos tributários	1448
3.1. Lei complementar tributária	1448
3.1.1. Normas gerais em matéria tributária.....	1448
4. Limitações constitucionais ao poder de tributar	1451
4.1. Imunidades.....	1452
4.2. Vedação de privilégios odiosos	1454
4.3. Princípios constitucionais tributários	1457
4.3.1. Princípios constitucionais tributários expressos	1458
a) Princípio da legalidade tributária (art. 150, I)	1458
b) Princípio da igualdade tributária (art. 150, II)	1459
c) Princípio da capacidade contributiva (art. 145, § 1º)	1459
d) Princípio da irretroatividade da lei tributária (art. 150, III, <i>a</i>)	1460
e) Princípio da anterioridade tributária (art. 150, III, <i>b</i>)	1460
f) Princípio da carência tributária (art. 150, III, <i>c</i>)	1462
g) Princípio da proibição de confisco (art. 150, IV)	1462
h) Princípio da liberdade de tráfego (art. 150, V)	1463
4.3.2. Princípios constitucionais tributários decorrentes.....	1463
a) Princípio da universalidade (art. 153, § 2º, I)	1464
b) Princípio da destinação pública dos tributos (art. 145)	1464
c) Princípio da não surpresa (art. 5º, II, <i>c/c</i> o art. 150, I).....	1464
4.3.3. Princípios constitucionais tributários vedatórios	1466
a) Princípio da uniformidade tributária (art. 151, I)	1466
b) Princípio da limitação de rendas (art. 151, II).....	1466
c) Princípio do poder de isenção (art. 151, III)	1466
d) Princípio da não diferenciação tributária (art. 152).....	1466
4.3.4. Princípios constitucionais tributários específicos	1466
a) Princípio da progressividade (arts. 153, § 2º, I; 156, § 1º; 182, § 4º, II).....	1466
b) Princípio da não cumulatividade do imposto (arts. 153, IV, § 3º, II; 155, II, § 2º, I).....	1467
c) Princípio da seletividade do imposto (art. 153, IV, e § 3º, I).....	1468
5. Repartição das receitas tributárias	1468
Capítulo 25 — FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO	
1. Colocação da matéria.....	1471
2. Finanças públicas.....	1471
2.1. Normas gerais sobre finanças públicas.....	1472
2.2. Banco Central.....	1472
3. Orçamento	1473
3.1. Orçamento público na Constituição de 1988	1474
3.2. Organização dos orçamentos públicos.....	1475
a) Receita pública	1475



b). Despesa pública.....	1475
3.3. Espécies de orçamento público e as leis de iniciativa do Executivo.....	1477
a) Lei complementar financeira.....	1477
b) Lei plurianual.....	1478
c) Lei de diretrizes orçamentárias.....	1478
d) Lei orçamentária anual.....	1479
3.4. Orçamento-programa.....	1480
a) Orçamento-programa na Constituição de 1988.....	1481
3.5. Princípios constitucionais orçamentários.....	1481
a) Princípio constitucional da universalidade orçamentária.....	1482
b) Princípio constitucional da unidade orçamentária.....	1482
c) Princípio constitucional da programação orçamentária.....	1483
d) Princípio constitucional da pureza orçamentária.....	1483
e) Princípio constitucional do equilíbrio orçamentário.....	1484
f) Princípio constitucional da legalidade orçamentária.....	1484
g) Princípio constitucional da anualidade orçamentária.....	1485
h) Princípio constitucional da plurianualidade das despesas de investimento.....	1485
i) Princípio constitucional da não afetação da receita.....	1486
j) Princípio constitucional da quantificação dos créditos orçamentários.....	1486
3.6. Elaboração das leis orçamentárias.....	1486
3.7. Apreciação das leis orçamentárias.....	1487
3.8. Apresentação de emendas ao projeto das leis orçamentárias.....	1488
3.9. Rejeição do projeto da lei orçamentária anual.....	1489

Capítulo 26 — ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

1. Significado e amplitude.....	1490
2. Constituição econômica.....	1490
3. Ordenamento econômico composto e interpretação da ordem econômica.....	1491
4. Princípios gerais da atividade econômica.....	1492
5. Normas constitucionais da atividade econômica.....	1495
5.1. Remessa de lucros (CF, art. 172).....	1495
5.2. Exploração direta de atividade econômica (CF, art. 173).....	1496
5.3. Intervenção do Estado no domínio econômico (CF, art. 174).....	1499
5.4. Exploração de serviços públicos (CF, art. 175).....	1500
5.5. Exploração dos recursos minerais e energia hidráulica (CF, art. 176).....	1502
5.6. Monopólios (CF, art. 177).....	1504
5.7. Ordenação de transportes (CF, art. 178).....	1505
5.8. Microempresas e empresas de pequeno porte (CF, art. 179).....	1506
5.9. Incentivo ao turismo (CF, art. 180).....	1507
5.10. Requisição de documento ou informação comercial (CF, art. 181).....	1507
6. Política urbana.....	1507
6.1. Normas constitucionais da política urbana.....	1508
a) Política de desenvolvimento urbano (CF, art. 182).....	1508
b) Usucapião pró-moradia (CF, art. 183).....	1510
7. Política agrícola, fundiária e reforma agrária.....	1511
7.1. Política agrícola.....	1512
7.2. Política fundiária.....	1513
a) Alienação ou concessão de terras públicas (CF, art. 188; § 1º).....	1514
b) Distribuição de imóveis rurais (CF, art. 189).....	1514
c) Aquisição ou arrendamento de propriedade rural (CF, art. 190).....	1514
d) Usucapião <i>pro labore</i> (CF, art. 191).....	1515
7.3. Reforma agrária.....	1515
a) Títulos da dívida agrária (CF, art. 184, <i>caput</i>).....	1517



b) Indenização das benfeitorias úteis e necessárias (CF, art. 184, § 1º).....	1518
c) Decreto expropriatório (CF, art. 184, § 2º).....	1520
d) Procedimento contraditório especial (CF, art. 184, § 3º).....	1521
e) Previsão orçamentária dos TDAs (CF, art. 184, § 4º).....	1521
f) Imunidade tributária (CF, art. 184, § 5º).....	1521
8. Sistema financeiro nacional	1522
8.1. Emenda Constitucional n. 40/2003 e o art. 192 da Constituição.....	1523
8.2. Irretroatividade da EC n. 40/2003.....	1523
8.3. Desconstitucionalização via EC n. 40/2003.....	1524
8.4. Revogação dos incisos, alíneas e parágrafos do art. 192.....	1524
8.5. Missão do Poder Judiciário em face da EC n. 40/2003.....	1524
8.6. Enquanto as leis complementares não forem editadas.....	1525
8.7. Limite da taxa de juros: perdura a discussão após a EC n. 40/2003?.....	1526
a) Limite da taxa de juros: polêmica que não precisava existir.....	1526
b) Limite da taxa de juros em face do estado permanente de mora legislativa.....	1528
c) Posições de vanguarda no Poder Judiciário.....	1529
8.8. Juros no Superior Tribunal de Justiça.....	1530
a) Cobrança de juros além do limite de 12% ao ano.....	1530
b) Cédulas de crédito rural, comercial e industrial.....	1531
c) Cobrança cumulada de juros remuneratórios e moratórios.....	1531
d) Cobrança de juros remuneratórios e comissão de permanência.....	1532
e) Cobrança da comissão de permanência pela taxa de mercado.....	1532
f) Substituição da taxa mensal de juros pela taxa Selic.....	1532
g) Uso da TR como índice de correção monetária.....	1532
h) Relações jurídicas nos contratos entre bancos e consumidores.....	1533

Capítulo 27 — ORDEM SOCIAL

1. Significado.....	1534
2. Seguridade social.....	1534
2.1. Objetivos da seguridade social.....	1535
2.2. Financiamento da seguridade social.....	1536
3. Saúde.....	1537
3.1. Diretrizes constitucionais das ações e serviços públicos de saúde.....	1539
3.2. Atribuição constitucional do Sistema Único de Saúde.....	1540
3.2.1. Agentes de saúde e agentes de combate às endemias na Emenda Constitucional n. 63/2010.....	1543
3.3. Remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas.....	1543
3.4. Direito à saúde e políticas públicas.....	1544
4. Previdência social.....	1545
4.1. Organização da previdência social.....	1545
4.2. Vedações constitucionais previdenciárias.....	1547
a) Proibição de diferenciações (CF, art. 201, § 1º).....	1547
b) Proibição de benefício inferior ao salário mínimo (CF, art. 201, § 2º).....	1547
c) Proibição de desatualização das contribuições (CF, art. 201, § 3º).....	1547
d) Proibição aos "segurados facultativos" (CF, art. 201, § 5º).....	1548
4.3. Regras constitucionais para a aposentadoria.....	1548
4.4. Previdência privada de caráter complementar.....	1552
5. Assistência social.....	1553
5.1. Perfil da assistência social na Carta de 1988.....	1553
5.2. Ações governamentais.....	1554
6. Educação, cultura e desporto.....	1555
6.1. Educação.....	1555
6.1.1. Educação como programa constitucional.....	1556
6.1.2. Princípios constitucionais do ensino.....	1557
6.1.2.1. Taxa de matrícula, gratuidade do ensino público e Súmula vinculante n. 12.....	1559



6.1.3.	Autonomia universitária	1560
6.1.4.	Garantias constitucionais da educação	1563
6.1.5.	Educação infantil: obrigação constitucional do Município (CF, art. 208, IV).....	1564
6.1.6.	Sistemas de ensino	1565
6.1.7.	Financiamento do ensino público	1566
6.1.8.	Destinação dos recursos públicos no setor educativo.....	1567
6.1.9.	Plano decenal de educação.....	1567
6.2.	Cultura.....	1568
6.2.1.	Direitos constitucionais culturais.....	1569
6.2.2.	Patrimônio cultural brasileiro	1569
6.3.	Desporto	1571
6.3.1.	Justiça desportiva.....	1572
a)	Justiça desportiva.....	1572
b)	Princípio do esgotamento da instância administrativa de curso forçado	1572
c)	Não compete à Justiça desportiva processar e julgar questões trabalhistas	1573
d)	Membros do Poder Judiciário não podem exercer funções na Justiça desportiva.....	1573
e)	Súmula vinculante n. 2 e a proibição de funcionamento das casas de bingos.....	1573
7.	Ciência e tecnologia.....	1574
8.	Comunicação social.....	1575
8.1.	Liberdade de comunicação social	1576
8.2.	Limitações constitucionais à liberdade de comunicação social	1577
8.3.	Princípios constitucionais dos meios de comunicação	1578
8.4.	Propriedade de empresa jornalística, de radiodifusão sonora e de sons e imagens	1579
8.5.	Renovação dos serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens.....	1579
8.6.	Comunicação social e direito de antena	1580
9.	Meio ambiente	1581
9.1.	Meio ambiente ecologicamente equilibrado	1583
9.2.	Encargos do Poder Público na preservação ambiental.....	1585
9.3.	Normas assecuratórias do bem ambiental.....	1587
10.	A família, a criança, o adolescente, o jovem e o idoso.....	1589
10.1.	Família como base da sociedade.....	1589
10.1.1.	Regras constitucionais das relações familiares	1591
10.1.2.	Regras constitucionais do casamento	1593
10.1.3.	Emenda Constitucional do divórcio	1594
10.1.4.	União entre pessoas do mesmo sexo: posição do STF.....	1598
10.1.5.	Realização, pelo SUS, de cirurgias de transgenitalização.....	1599
10.2.	Proteção constitucional às crianças, aos adolescentes e aos jovens	1600
10.3.	Amparo constitucional aos idosos	1602
10.3.1.	Estatuto do Idoso: implementação do programa constitucional	1603
a)	Objetivo do Estatuto do Idoso (art. 1º)	1604
b)	Extensão de direitos (art. 2º).....	1604
c)	Princípio da solidariedade (art. 3º).....	1604
d)	Garantia de prioridade no atendimento (art. 3º, parágrafo único).....	1604
e)	Direito ao envelhecimento saudável (arts. 8º a 10).....	1605
f)	Direito ao sustento (arts. 11 a 14).....	1605
g)	Direito à saúde (arts. 15 a 19).....	1605
h)	Gratuidade do transporte público (arts. 39 a 42)	1606
i)	Fiscalização do atendimento aos idosos (arts. 48 a 50)	1607
j)	Obrigações das entidades de atendimento (art. 50)	1607
k)	Prioridade na tramitação de procedimentos judiciais (art. 71).....	1608
11.	Índios	1608
11.1.	Tutela constitucional do indigenato	1609
11.2.	Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.....	1610



11.3. Usufruto exclusivo.....	1610
11.4. Mineração em terras indígenas.....	1611
11.5. Princípio da irremovibilidade dos índios.....	1611
11.6. Ocupação, domínio e posse das terras indígenas.....	1612
11.7. Demarcação das terras indígenas.....	1612
11.7.1. Demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol.....	1613
11.8. Defesa dos direitos e interesses dos índios.....	1618
11.9. Competência do STF e das Justiças Federal e Civil nas questões indígenas.....	1618
Capítulo 28 — DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS	
1. Significado.....	1620
2. Conteúdo das disposições constitucionais gerais.....	1621
3. Vedações à União (art. 234).....	1621
4. Criação de Estado (art. 235, I a XI).....	1621
5. Serviços notariais e de registro (art. 236, §§ 1º a 3º).....	1623
6. Fiscalização e controle sobre comércio exterior (art. 237).....	1625
7. Venda e revenda de combustíveis (art. 238).....	1626
8. Arrecadação do PIS/PASEP (art. 239).....	1626
9. Ressalva às contribuições compulsórias (art. 240).....	1627
10. Disciplina legal dos consórcios e convênios de cooperação (art. 241).....	1627
11. Exceção ao princípio da gratuidade do ensino público (art. 242).....	1628
12. Expropriação de glebas pelo cultivo de plantas psicotrópicas (art. 243).....	1628
13. Acesso adequado aos portadores de deficiência (art. 244).....	1629
14. Assistência aos herdeiros e dependentes de vítimas de crime doloso (art. 245).....	1629
15. Proibição a medidas provisórias (art. 246).....	1630
16. Previsão legal de critérios para perda de cargos públicos (art. 247).....	1630
17. Observância ao teto remuneratório (art. 248).....	1630
18. Fundos de contribuições, bens, direitos e ativos (arts. 249 e 250).....	1631
Capítulo 29 — DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	
1. Significado.....	1632
2. Natureza jurídica.....	1632
3. <i>Locus</i> das disposições constitucionais transitórias.....	1633
4. Objetivo das disposições constitucionais transitórias.....	1634
5. Disposições transitórias e princípio da recepção.....	1634
6. Disposições transitórias e emendas constitucionais.....	1635
Bibliografia.....	1637
Índice remissivo.....	1663